

ANA publica as regras de restrição de captação de água nas bacias dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia

A redução será de 30% no volume diário outorgado para o setor industrial e irrigação. Para o consumo humano e dessedentação animal, a redução será de 20%.



As regras e condições de restrição de uso para captações de água nas bacias dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia pelos usuários do setor industrial, agricultura e operadoras de abastecimento de água, entre outros, foram estabelecidas pela Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 50, publicada em 22 de janeiro.

As novas regras têm validade por prazo indeterminado, enquanto o volume útil do Sistema Cantareira estiver abaixo de 5% e as vazões dos

rios incluídos na resolução estiverem em determinados patamares. No momento, está sendo usada a reserva estratégica ou o chamado "volume morto".

As restrições de captação de água poderão incidir sobre os usuários das bacias dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia, de acordo com a definição do "estado das vazões":

- **Estado de alerta:** não haverá restrição de uso para captação de água, porém é um indicador de atenção para todos os usuários quanto à possibilidade de uma restrição imediata.
- **Estado de restrição:** todas as captações de água deverão ser reduzidas, dentro dos seguintes parâmetros:
 - Redução de 20% no uso do volume diário outorgado para captação de água para o consumo humano ou dessedentação animal;
 - Redução de 30% no uso do volume diário outorgado para captações de água para uso industrial e irrigação;
 - Paralisação dos demais usos.

O estado das vazões pode ser acompanhado pelos usuários por meio da página eletrônica da Sala de Situação PCJ (www.sspcj.org.br). Todas as segundas e quintas-feiras, os dados serão atualizados.

Acompanhamento da situação

1. A entrada em estado de restrição ocorrerá a partir da zero hora do dia seguinte à disponibilização da informação na Sala de Situação do PCJ. O término da restrição ocorrerá imediatamente após a publicação da informação no site.
2. Para comprovar o atendimento à resolução, quando indicado o estado de restrição, os usuários devem monitorar e manter disponíveis os registros dos volumes diários captados, bem como o horário de captação.

3. Mantenha-se sempre atento aos dados do estado de vazão disponibilizados na Sala de Situação PCJ pelo site www.sspcj.org.br.
4. No website da Agência Nacional de Águas (ANA) é possível verificar os municípios afetados e obter detalhes das regras da resolução.

Para mais informações e dicas para enfrentamento da crise nas empresas acesse a cartilha "Gerenciando a escassez de água na indústria", na página eletrônica da Fiesp e do Ciesp.

Skaf afirma que faltaram ações para evitar crise hídrica

Em entrevista ao "Programa do Paulo Lopes", da Rádio Capital, o presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp), Paulo Skaf, criticou a falta de obras e de adoção de medidas para combater o desperdício de água. "Estamos iniciando 2015 com uma dificuldade tremenda no abastecimento de água e, no caso do Estado de São Paulo, o pior está para vir. Houve, de um lado, falta de chuvas. Mas você toma providências, faz obras quando falta chuva", ressaltou Skaf. O presidente da Fiesp observou que mesmo em regiões desérticas, como em Israel e Las Vegas, nos Estados Unidos, uma gestão adequada garante o fornecimento de água.

"Na verdade, houve um certo relaxamento. As obras não aconteceram, o aumento da captação não aconteceu, o combate ao desperdício não aconteceu. E, em uma época de tão poucas chuvas, o reflexo é

muito grave na falta de água. E vai se agravar mais", lamentou Skaf, lembrando que tem alertado sobre o problema desde abril de 2014, quando publicou o artigo "São Pedro é inocente" no jornal Folha de São Paulo. "Agora, é uma situação de bomba estourada, tem que correr atrás, perfurar poços, aumentar reúso, aproveitar água de chuva, fazer pequenas estações de tratamento. É um salve-se quem puder."

O presidente da Fiesp e do Ciesp mencionou outros problemas no País. "Além da água e da energia, estamos com a economia parada, estamos com um problema do emprego", afirmou. Skaf destacou ainda que o Brasil vai perder o bonde se não buscar a eficiência na gestão pública.

Retrospectiva 2014

Crise hídrica, consumo sustentável, logística reversa e mudança do clima foram temas de atenção da Fiesp

O Departamento de Meio Ambiente da Fiesp desenvolveu diversas atividades em 2014 com o objetivo de propor e divulgar soluções para as questões ambientais que afetam o setor industrial e a sociedade



Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

Paulo Skaf destaca a importância de parcerias no lançamento do prêmio “Água – Ideias Inovadoras, Soluções Sustentáveis”

A falta de água e o impacto do racionamento para as indústrias foi um dos principais temas de atenção do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da área de meio ambiente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em 2014. O DMA, entre outras ações, promoveu debates com especialistas sobre a crise hídrica, publicou cartilhas, distribuídas a empresas e consumidores, com orientações sobre como economizar água, e encaminhou sugestões à Agência Nacional de Águas (ANA) propondo a adoção de regras operacionais específicas para o setor produtivo no regime de racionamento de água a ser implementado nas bacias PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiaí). Outros importantes temas abordados no ano foram o consumo sustentável, a gestão de resíduos sólidos, logística reversa e as discussões sobre mudanças do clima.

Com o objetivo de identificar as consequências para a indústria paulista de um eventual racionamento de água, o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp consultou, de 12 a 26 de maio de 2014, 413 empresas industriais. Foram ouvidas 229 empresas de micro e pequeno porte, 140 empresas de médio porte e 44 empresas de grande porte. Das empresas que participaram da pesquisa, 67,6% manifestaram preocupação com a possibilidade de ser realizado um racionamento de água. Outra iniciativa de destaque da Fiesp e do Ciesp foi o lançamento do prêmio “Água – Ideias Inovadoras, Soluções Sustentáveis”, dirigido a estudantes universitários com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de projetos inovadores para a solução de problemas relacionados ao uso e tratamento da água pela indústria. Em setembro, ao participar da cerimônia de entrega do prêmio a estudantes de 11 universidades, o presidente em exercício da Fiesp, Benjamin Steinbruch, ressaltou que os problemas com o abastecimento de água são preocupantes. “Essa situação faz como que fiquemos apreensivos em relação ao planejamento dos governos, seja no nível federal, estadual ou municipal”, destacou.

Sustentabilidade

Em dezembro, o Comitê de Mudança do Clima da Fiesp participou da COP 20, em Lima, no Peru, acompanhando a delegação brasileira do Ministério de Relações Exteriores, responsável pelas negociações no âmbito governamental. Em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 12 de novembro, o segundo vice-presidente da Fiesp e coordenador do Comitê de Mudanças do Clima, João Guilherme Sabino Ometto, defendeu a proposta apresentada pelo Brasil de que o acordo a ser firmado na 21ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP 21), em Paris, em novembro de 2015, considere as ações já realizadas e estabeleça metodologia para quantificar e qualificar as responsabilidades anteriores pelas emissões de carbono. Entre os vários temas debatidos no Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, a produção e o consumo sustentáveis receberam especial atenção. Especialistas convidados pelo Cosema analisaram desde a política socioambiental do sistema financeiro e de seguros até os desafios para a indústria no desenvolvimento da sustentabilidade no seu dia a dia.

A energia renovável foi outro assunto que mereceu destaque em 2014. Em agosto, a Fiesp promoveu seminário com especialistas de Israel. No encontro, Noam Ilan, apresentou os avanços do programa de energia renovável Eilat-Eilat, criado por ele, e que deve acabar com a dependência da região Sul de Israel por combustíveis



Foto: Everton Amaro/Fiesp

João Guilherme Ometto espera que a posição brasileira seja acolhida na COP 21

fósseis até 2020. Outro tema debatido no seminário foi o suprimento de água para consumo residencial e industrial em Israel. Boaz Albaranes, chefe da Missão Econômica de Israel em São Paulo, destacou que o país tem três usinas de dessalinização de água, tem investido na implementação dessa tecnologia e que o objetivo para 2020 é de que todos os domicílios israelenses sejam abastecidos com água tratada do mar. Um entrave para a implementação desse tipo de tecnologia é o elevado custo do tratamento. Mas Albaranes garantiu que Israel tem buscado inovações para baratear as despesas.

Logística reversa

A atual situação e os desafios de cada setor em relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foram analisados por representantes de associações e sindicatos da indústria em reunião realizada na sede da Fiesp, em julho, pela Câmara Ambiental da Indústria Paulista (CAIP). Na reunião, foram realizadas apresentações sobre pilhas, baterias e resíduos eletroeletrônicos; pneus; resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos; lâmpadas contendo mercúrio; embalagens plásticas;

Retrospectiva 2014

embalagens de papel e papelão e embalagem metálica de alumínio. Anicia Pio, gerente do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, detalhou no encontro a situação de acordos setoriais em âmbito nacional e termos de compromisso no Estado de São Paulo em logística reversa.

Semana do Meio Ambiente

Os impactos, vulnerabilidades e a adaptação às mudanças do clima foram os assuntos centrais da 16ª Semana do Meio Ambiente, promovida de 2 a 6 de junho, em uma realização da Fiesp e do Ciesp, com o apoio do Serviço Social da Indústria de São Paulo (Sesi-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (Senai-SP). O vice-presidente da Fiesp e coordenador do Comitê de Mudanças do Clima, João Guilherme Sabino Ometto, o vice-presidente e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, o secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Rubens Naman Rizek Junior, o secretário de Mudanças Climáticas e



Benjamin Steinbruch, presidente em exercício da Fiesp (ao centro), participa da entrega do prêmio “Água Ideias Inovadoras - Soluções Sustentáveis”

Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Carlos A. Klink, e o secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Vanderlei Meira Nascimento, participaram da abertura do evento.

Durante a Semana do Meio Ambiente, foram anunciados os vencedores da 20ª edição do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental. A Duratex conquistou o prêmio, na categoria médio e grande porte, com o projeto de gestão de resíduos nas unidades Deca. A Amidoeste, que atua no ramo de derivados de mandioca e tem sede da cidade de Tarabai, no interior paulista, foi a vencedora, na categoria de micro e pequena empresa, com o projeto de biogás como energia alternativa no processo agroindustrial.

A possibilidade de estabelecimento de parcerias com empresas holandesas foi o tema de seminário, realizado durante a Semana do Meio Ambiente, que analisou as tecnologias e soluções inovadoras para cidades inteligentes. O atual panorama na Holanda em inovação e projetos sustentáveis foi apresentado pelo diretor-geral de Empresas e Inovação do Ministério de Assuntos Econômicos da Holanda, Bertholt Leeftink. Ele ressaltou que as oportunidades entre os dois países são inúmeras, já que 75% da população global residirá em centros urbanos até 2050. Leeftink falou também sobre os atuais projetos holandeses em energia. Ele observou que o panorama energético atual do planeta passa por uma série de mudanças importantes, com o consumo aumentando drasticamente. No seminário, Eduardo Giacomazzi, coordenador adjunto do Comitê da Cadeia Produtiva da Bioindústria e Biotecnologia (Bio Brasil/Combio) apresentou um panorama da biotecnologia no Brasil e ressaltou as diversas parcerias internacionais realizadas pela Fiesp.

A Semana do Meio Ambiente da Fiesp também foi marcada por uma

exposição de desenhos, vídeos, curtas-metragem, gravuras, colagem, quadrinhos e apresentações de robótica produzidos por alunos do Serviço Social da Indústria de São Paulo (Sesi-SP), mostrando a preocupação da nova geração com a sustentabilidade e a preservação do planeta. As atividades, promovidas pelo Sesi-SP, atraíram à sede da Fiesp cerca de 2.600 alunos de 174 escolas da instituição

Remediação do solo

Com o objetivo de promover o intercâmbio entre Brasil e Holanda na área ambiental, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realizou, no início de abril, um seminário de cooperação entre os dois países que teve como tema central a remediação do solo e diretrizes para a gestão de águas subterrâneas. O seminário contou com a presença de representantes do ministério do Meio Ambiente do Reino dos Países Baixos, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). A abertura do seminário foi feita pelo diretor de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, Eduardo San Martin. Wilma Mansveld, ministra do Meio Ambiente dos Países Baixos, afirmou no encontro que Brasil e Holanda podem enfrentar juntos os desafios que têm na área ambiental e alertou que uma sociedade que destrói o solo, destrói a si mesma. A ministra ressaltou que a Holanda tem como meta ser a líder internacional em reciclagem.

Racionamento de água

Em abril, na reunião do Cosema, o engenheiro Júlio Cerqueira César Neto, conselheiro da entidade, alertava que a única solução para a crise de abastecimento de água em São Paulo seria o racionamento. Segundo ele, faltou investimento do governo estadual. “Os sistemas têm de ter segurança hídrica e o nosso sistema não tem isso. E a causa fundamental dessa seca é a absoluta falta de investimento do governo em novos sistemas de abastecimento nos últimos 30 anos”, ressaltou. Preocupadas com a situação, a Fiesp e o Ciesp emitiram um comunicado, enviado a todas as diretorias regionais e sindicatos afiliados, com um alerta para as empresas, principalmente as situadas nas áreas das bacias PCJ e na região metropolitana de São Paulo, sobre a necessidade de serem planejadas ações para evitar impactos na produção em virtude da crise hídrica.

Na semana das comemorações pelo Dia Mundial da Água, a Fiesp e o Ciesp promoveram o encontro “Água: saúde, enchente e escassez”. O evento debateu os fatores que provocam enchentes, as doenças transmitidas pela água (diarreia, hepatite e leptospirose) e sua relação direta com o saneamento básico oferecido pelo Poder Público, bem como proteção dos mananciais ameaçados pela ocupação irregular e a gestão da água a fim de evitar o racionamento.

Durante o evento, a Fiesp firmou parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica para promover o reflorestamento de áreas em todo o Estado de São Paulo e anunciou os vencedores do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da Água. A Toyota do Brasil obteve o primeiro lugar na categoria de empresa de médio e grande porte com o projeto “Sistema de Gestão Ambiental (SGA)”, que faz uso da norma ISO 14001. Na categoria micro e pequena empresa, a Antares Reciclagem levou o primeiro lugar com o “Processo ecológico de reciclagem (Ecoácido) para solução eletrolítica”, o único componente de baterias que não era recuperado durante o reaproveitamento dos dispositivos.

Para obter mais detalhes sobre os temas ambientais discutidos em 2014 pela Fiesp e Ciesp, bem como sobre as atividades desenvolvidas pelo DMA, consulte no site da Fiesp as edições anteriores do Informe Ambiental.

Notas informativas

Balanco do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis é positivo

É possível avançar para um modelo mais sustentável de desenvolvimento econômico e de progresso social, garantindo melhor qualidade de vida às presentes e futuras gerações. A conclusão foi apresentada à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante a reunião de balanço do Comitê Gestor do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), referente ao período 2011-2014.

Nesses quatro anos, o Relatório do Primeiro Ciclo de Implementação das atividades do PPCS mostra, segundo a ministra Izabella Teixeira, ser possível “mobilizar um grande número de atores para a agenda da sustentabilidade nos processos de produção e no consumo, em parcerias que têm se mostrado fundamentais para o avanço desta agenda no Brasil”.

O segundo ciclo do Plano, que começa em 2015, prevê a adoção de medidas e estratégias que reforcem o compromisso brasileiro com o desenvolvimento sustentável, com foco principal no combate à pobreza e na inclusão social.

Foco no coletivo

“O mundo está cada vez mais centrado no consumo sustentável, na qualidade de vida coletiva, com respostas em torno do bem coletivo”, ressaltou Izabella Teixeira. A implementação do PPCS mobilizou diversos órgãos governamentais, o setor privado e entidades da sociedade civil para o alcance das 11 metas prioritárias do Plano, relacionadas às áreas de educação para o consumo sustentável, varejo e consumo sustentáveis, aumento da reciclagem, compras públicas sustentáveis, construções sustentáveis e Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Izabella Teixeira lembrou que o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis é uma resposta do governo brasileiro aos compromissos assumidos no âmbito do Processo de Marrakesh, que exorta os países participantes a elaborarem um plano nacional de PCS.

A secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (Saic/MMA), Regina Gualda, pediu aos representantes de cada setor com assento no Comitê Gestor que apresentem sugestões e contribuições às ações do segundo ciclo do PPCS, que começa em 2015. Regina Gualda explicou que as sugestões devem atender às prioridades definidas nos objetivos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que atua em parceria com o MMA e o governo brasileiro.

Fonte: <http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&iid=634>

Por: Luciene de Assis

A revolução verde da Basf

Nos últimos três anos, uma palavra tem se tornado uma obsessão na maior empresa de produtos químicos do mundo, a alemã Basf: sustentabilidade. A companhia, cujo faturamento em 2013 alcançou a soma de quase € 80 bilhões, o equivalente a R\$ 256 bilhões, está empenhada em mudar a imagem da indústria química, considerada uma das maiores agressoras do meio ambiente. Com esse objetivo, a Basf está promovendo uma

renovação completa de seu portfólio de 50 mil produtos. Até 2020, todas as soluções químicas desenvolvidas pela empresa deverão se adaptar a critérios de sustentabilidade. Esse esforço para realizar uma verdadeira revolução verde começou em 2011, com um programa chamado Sustainable Solution Steering, solução sustentável de governança, em tradução livre. Sua essência é olhar para dentro da casa e averiguar o que pode ser feito para melhorar o desempenho dos produtos oferecidos pela multinacional, não apenas no campo das vendas, mas no respeito à natureza. Em janeiro do próximo ano, a Basf vai concluir um levantamento que classifica todos os seus produtos segundo sua contribuição para o meio ambiente.

Fonte: <http://www.istoedinheiro.com.br>

Governo lança sistema on-line de gerenciamento de resíduos sólidos

O Sistema Estadual de Gerenciamento On-line de Resíduos Sólidos (Sigor) é uma ferramenta que auxiliará no gerenciamento das informações referentes aos fluxos de resíduos sólidos no Estado de São Paulo, desde a geração até a destinação final, incluindo o transporte e destinações intermediárias. O módulo construção civil é o resultado de um convênio firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SMA), da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP). O sistema envolve, além dos órgãos estaduais, os municípios, os geradores, os transportadores e as áreas de destino de resíduos. Isso permitirá que estado, municípios e setores da sociedade civil tenham conhecimento e acompanhem a situação dos resíduos sólidos. Também permitirá a obtenção e armazenamento de grande volume de informações em banco de dados, de forma a subsidiar futuras ações de controle e fiscalização, planejamento, elaboração de políticas públicas e estudos de viabilidade para os investimentos necessários à melhoria da gestão dos resíduos sólidos.

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br>

Prefeito de São Bernardo admite que usina de incineração não ficará pronta até 2016

O prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho (PT), admitiu, em 17 de dezembro, que a usina de incineração de resíduos sólidos do Alvarenga, prometida na campanha eleitoral de 2008, não sairá do papel antes de 2016, último ano de seu segundo mandato. A previsão inicial era que a inauguração fosse feita até 2015. A administração municipal culpa a Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) pelo atraso. Isso porque a Prefeitura depende da aprovação do EIA/RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) por parte da Cetesb para que, depois, seja emitida a licença ambiental que autoriza o funcionamento do equipamento, cuja construção deverá custar entre R\$ 350 a R\$ 450 milhões. O documento foi protocolado na companhia estadual em dezembro do ano passado, mas ainda está sob análise e não há prazo para resposta.

Fonte: <http://www.produtosperigosos.com.br>

Multa por lixo comum em nova sacolinha plástica poderá ser de até R\$ 2 milhões

As sacolinhas comuns vão ser banidas dos supermercados até 5 de fevereiro e novas embalagens, na cor verde, de origem vegetal, passarão a ser usadas. O consumidor não poderá usá-las para o descarte do lixo comum, aquele com material orgânico (restos de alimentos). Poderá usá-la apenas para descartar o lixo reciclável. Quem desrespeitar a lei estará sujeito a multas que chegarão a R\$ 2 milhões. As multas mais altas são para o comércio e vão de R\$ 500,00 a R\$ 2 milhões. O valor será definido de acordo com a gravidade e o impacto do dano provocado ao meio ambiente. O cidadão comum que não cumprir a regra poderá receber advertências e multa de R\$ 50,00 a R\$ 500,00. A Prefeitura de São Paulo não detalhou como será feita a fiscalização. Segundo o governo municipal, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente será a encarregada de checar os possíveis desrespeitos à lei.

Fonte: <http://g1.globo.com>

Cidades da região de Presidente Prudente assinam convênio para moagem de resíduos

Preocupados com o destino dos resíduos sólidos, decorrentes da construção civil, e atentos com as exigências ambientais que vigoram no País em relação ao descarte do material e aterros sanitários, além dos fatores que englobam a importância da reciclagem e corte de gastos, sete municípios da região de Presidente Prudente assumiram um convênio, que existe há três anos, com o Proben/RCC (Programa de Beneficiamento de Resíduos de Construção Civil), desenvolvido pelo Civap (Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema) de Assis. Segundo a diretora executiva do consórcio, Ida Franzoso de Souza, 25 cidades integram o processo, entre elas Rancharia, Paraguaçu Paulista, Iepê, Nantes, Quatá, João Ramalho e Taciba.

Fonte: <http://www.imparcial.com.br>

Normas Técnicas

Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT (CB-38)

O CB-38, do qual a Fiesp é membro, é espelho do Comitê Técnico 207 - Gestão Ambiental (TC 207) da ISO (International Organization for Standardization) e desenvolve a série de normas internacionais sobre gestão ambiental. Esta seção apresenta as normas atualmente em discussão na ISO (TC 207) e nos subcomitês (SC) do CB 38, bem como os estágios de elaboração em que se encontram.

ISO/ DIS 14004 Environmental management systems - General guidelines on principles, systems and support techniques (*Sistemas de Gestão Ambiental – Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio*)

Norma em revisão, passou para o estágio DIS (*Draft of International Standard – Rascunho de norma*)

Publicações ABNT

Gestão ambiental - Avaliação de desempenho ambiental – Diretrizes

A ABNT publicou, em 16 de janeiro, a norma ABNT NBR ISO 14031:2015 - Gestão ambiental - Avaliação de desempenho ambiental - Diretrizes, elaborada pelo Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental (ABNT/CB-38). Essa norma fornece orientação para o projeto e uso da avaliação do desempenho ambiental (ADA) em uma organização.

Processo de elaboração das normas ISO



Cartilhas da Fiesp e do Ciesp divulgam orientações para a economia de água



A situação crítica dos reservatórios do Sistema Cantareira compromete, de forma direta, o abastecimento de mais de 3 milhões de habitantes na Região Metropolitana de Campinas e Jundiaí, nas bacias PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiaí), e de cerca de 9 milhões de pessoas na região da Grande São Paulo, na bacia do Alto Tietê, o que impõe a imediata adoção de medidas de contingência por todos os segmentos da sociedade. A Fiesp e o Ciesp disponibilizaram materiais na internet com dicas e sugestões para o gerenciamento da crise. As ações indicadas para o setor industrial poderão contribuir para minimizar os reflexos da escassez no planejamento do processo produtivo e nas atividades secundárias da empresa, decorrentes de restrições nas captações em águas superficiais ou subterrâneas (poço), bem como no abastecimento pela rede pública.

Informações disponíveis em <http://www.fiesp.com.br/agua>

Legislação Ambiental

Legislação Ambiental -Diplomas Legais Recentes

Federal

Resolução FGTS nº 761, de 9 de dezembro de 2014

Aprova a Política Socioambiental do FGTS.

Resolução Conarq nº 42, de 9 de dezembro de 2014

Dispõe sobre a análise do papel reciclado fabricado no Brasil para produção de documentos arquivísticos.

Resolução Conama nº 465, de 5 de dezembro de 2014

Dispõe sobre os requisitos e critérios técnicos mínimos necessários para o licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos.

Resolução ANA nº 1.941, de 1º de dezembro de 2014

Altera a Resolução ANA nº 1.346, de 18/11/2013, que dispõe sobre os procedimentos administrativos atinentes à recuperação de créditos administrados pela Agência Nacional de Águas (ANA) e abertura de processos de cobranças.

Portaria MMA nº 448, de 18 de dezembro de 2014

Publica o regimento interno do Comitê Executivo do Plano Nacional de Contingência (PNC) para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional.

Portaria MF nº 507, de 16 de dezembro de 2014

Estabelece práticas de sustentabilidade socioambiental a serem observadas pelo Ministério da Fazenda e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências.

Portaria ICMBio nº 135, de 15 de dezembro de 2014

Cria o Conselho Consultivo da Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Santa Genebra, no Estado de São Paulo.

Portaria MMA nº 437, de 8 de dezembro de 2014

Reinstitui, no âmbito do MMA, o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis (CGPCS), composto pelos representantes, titular e suplente dos órgãos, entidades e organizações não governamentais que especifica.

Portaria Anvisa nº 1910, de 28 de novembro de 2014

Institui grupo de trabalho sobre reprocessamento de produtos médicos

Portaria MMA nº 413, de 18 de novembro de 2014

Aprova o Regimento Interno do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Portaria MMA nº 392, de 30 de outubro de 2014

Publica o regimento interno do Comitê Gestor do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.

Instrução Normativa Ibama nº 18, de 19 de dezembro de 2014

Acrescenta as descrições de atividades constantes no Anexo I desta Instrução Normativa à tabela constante no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15/03/2013.

Instrução Normativa MMA nº 3, de 18 de dezembro de 2014

Institui a Política de Integração e Segurança da Informação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural e dá outras providências.

Instrução Normativa conjunta ICMBio/Ibama nº 1, de 8 de dezembro de 2014

Estabelece procedimentos entre o ICMBio e o Ibama para o manejo e a conservação de espécies da fauna silvestre brasileira.

Instrução Normativa ICMBio nº 10, de 5 de novembro de 2014

Regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso para cumprimento da obrigação referente à compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18/07/2000, no âmbito das unidades de conservação federais, e dá outras providências.

Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 5 de novembro de 2014

Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais.

Instrução Normativa ICMBio nº 7, de 5 de novembro de 2014

Estabelece Procedimentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nos Processos de Licenciamento Ambiental.

Projetos de lei (PL)

PLS nº 426/2014

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000, e a Lei nº 10.522, de 19/07/2002, para facilitar a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos voltados para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

PLS nº 425/2014

Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2/08/2010.

PLS nº 403/2014

Altera as Leis nos 12.546, de 14/12/2011, 12.375, de 30/12/2010, e 9.249, de 26/12/1995, para instituir medidas de desoneração tributária de atividades relacionadas à logística reversa de que trata a Lei nº 12.305, de 2/08/2010.

PLS nº 397/2014

Altera a Lei nº 9.433, de 8/01/1997, para facultar a aplicação em investimentos privados dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

PLS nº 386/2014

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000, e a Lei nº 10.522, de 19/07/2002, para facilitar a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos voltados para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

PL nº 8284/2014

Proíbe a fabricação, importação, distribuição e comercialização de fraldas descartáveis que contenham, em sua composição, substância ou matéria não biodegradável.

PL nº 8280/2014

Acrescenta o §6º ao artigo 15 e parágrafo único ao artigo 47 da Lei nº 9.985, de 18/07/2000, que regulamenta o art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

PL nº 8275/2014

Dispõe sobre as empresas que fabricam produtos cosméticos e utilizam vidros e embalagens plásticas na comercialização de seus produtos, responsabilizando-as pela destinação final das embalagens.

PL nº 8263/2014

Institui a Política Nacional de Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos e dá outras providências.

PL nº 8170/2014

Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8/12/2011, nos termos que especifica.

Estadual (SP)**Lei nº 15.599, de 10 de dezembro de 2014**

Altera a Lei nº 12.233, de 16/01/2006, que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga.

Decreto nº 60.895, de 19 de novembro de 2014

Estabelece adesão ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas e dá providências correlatas.

Resolução SMA nº 101, de 29 de dezembro de 2014

Altera dispositivo na Resolução SMA nº 96, de 3/12/2014, que constituiu grupo de trabalho para desenvolver estudos e propor ações de proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da Serra da Mantiqueira.

Resolução SMA nº 98, de 17 de dezembro de 2014

Aprova o Regimento Interno da Câmara de Compensação Ambiental, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Deliberação CRH nº 168, de 9 de dezembro de 2014

Referenda a proposta de alteração da classe de qualidade da água do Ribeirão Lavapés, no trecho compreendido da nascente até a confluência com o Córrego Desbruido, no município de Botucatu,

contida na Deliberação CBH-SMT Ad referendado nº 317, de 8/11/2014.

Deliberação CRH nº 167, de 9 de dezembro de 2014

Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fehidro, referente ao ano de 2015, estabelece os percentuais para distribuição entre os colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e altera a metodologia para os anos subsequentes.

Deliberação CRH nº 166, de 9 de dezembro de 2014

Aprova o relatório de Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo, ano-base 2012.

Decisão Cetesb nº 394, de 24 de dezembro de 2014

Dispõe sobre a aprovação da revisão dos procedimentos para o controle de efluentes líquidos provenientes de fontes de poluição licenciáveis pela Cetesb, de empreendimentos localizados na UGRHI 6 – Alto Tietê e demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Decisão Cetesb nº 395, de 24 de dezembro de 2014

Dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos que não se configuram legalmente como condomínios.

Decisão Cetesb nº 365, de 9 de dezembro de 2014

Dispõe sobre a homologação da revisão da Norma Técnica Cetesb P4.231 - Vinhaça - Critérios e procedimentos para aplicação no solo agrícola - 3ª edição/outubro/2014 - e dá outras providências.

Decisão Cetesb nº 330, de 5 de novembro de 2014

Dispõe sobre a retificação do Valor de Intervenção de Água Subterrânea da substância Carbofuran para 7 µg/L.

Decisão Cetesb nº 326, de 5 de novembro de 2014

Dispõe sobre os critérios para a verificação do atendimento dos limites de emissão dos parâmetros estabelecidos na Resolução SMA nº 79, de 4/11/2009, para o licenciamento da atividade de tratamento térmico de resíduos sólidos em Usinas de Recuperação de Energia (UREs).

Decisão Cetesb nº 289-P, de 8 de outubro de 2014

Aprova o Plano de Redução de Emissão de Fontes Estacionárias (Prefe) 2014 para o Estado de São Paulo.

Decisão Cetesb nº 196-E, de 10 de julho de 2014

Aprova o Plano de Controle de Poluição Veicular (PCPV), triênio 2014/2016 do Estado de São Paulo.



Mantenha-se atualizado sobre a área ambiental

O crescimento da conscientização ambiental, a velocidade de alterações das políticas públicas e as implicações dessas mudanças no cotidiano de empresas e consumidores aumentaram a demanda por informações qualificadas pertinentes ao setor ambiental.

O Informe Ambiental da Fiesp fornece informações de forma rápida e consistente sobre a área ambiental e atividades do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp. Para receber o Informe Ambiental todos os meses e manter-se atualizado sobre os temas em discussão de interesse do setor industrial no Estado de São Paulo e no País, basta enviar uma mensagem para o endereço cdma@fiesp.com com o título "Cadastro do Informe Ambiental".



21ª EDIÇÃO DO PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL

Mostre que sustentabilidade vale a pena
Inscrições até 20 de março de 2015

O Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental, uma das principais iniciativas de reconhecimento das ações do setor industrial na área da sustentabilidade, chega à 21ª edição com números que comprovam o crescente engajamento das empresas nas questões ambientais. Apenas nos últimos 10 anos, os mais de 280 projetos inscritos na premiação, somados, representaram uma redução de 63 mil toneladas na geração de resíduos sólidos, uma economia de 152 mil MWh de energia e a diminuição de 118 mil toneladas no consumo de insumos e matérias-primas. Os projetos possibilitaram ainda uma redução de 10 milhões de toneladas nas emissões de CO₂ e de 16 bilhões de litros na geração de efluentes líquidos.

Esses números mostram, segundo Nelson Pereira dos Reis, vice-presidente da Fiesp e diretor titular do DMA, que a questão ambiental está definitivamente implantada na indústria. “As empresas estão conscientes de que é preciso adotar as melhores práticas, as melhores gestões, para que os projetos realmente tenham sucesso”, ressalta. As inscrições para o Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental poderão ser feitas até o dia 20 de março de 2015. Há duas categorias de premiação: indústria de micro e pequeno porte e indústria de médio e grande porte. Cada empresa pode concorrer com até dois projetos. A solenidade de premiação dos projetos vencedores ocorrerá em junho, durante a realização da Semana Fiesp do Meio Ambiente. Informações sobre o regulamento e inscrições podem ser obtidas no site da Fiesp.

<http://www.fiesp.com.br/agenda/21a-edicao-do-premio-fiesp-de-merito-ambiental-2015/>

Eventos

Ciesp e Fiesp promovem treinamentos sobre o Cadastro Técnico Federal

O Ciesp e a Fiesp promoverão, de fevereiro a junho, treinamentos sobre o Cadastro Técnico Federal, que é obrigatório para pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. O objetivo é dirimir dúvidas e suprir as necessidades de empresas associadas e parceiras que encontram dificuldades para o atendimento a essa exigência legal.

Nos treinamentos, realizados em parceria com o Instituto Brasileiro de Recursos Renováveis (IBAMA), serão detalhados o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), a legislação pertinente aos dois cadastros, quem está obrigado a se cadastrar e como realizar a inscrição. Também serão apresentadas as obrigações decorrentes da inscrição no Cadastro Técnico Federal, a legislação pertinente, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), a entrega de relatórios anuais, como regularizar a empresa junto ao Ibama, a importância de manter o registro atualizado e o impacto das obrigações na regularidade da empresa frente ao Ibama. Os treinamentos serão realizados no dia 10 de fevereiro, na Distrital Oeste (50 vagas), em 11 de março, em Guarulhos (100 vagas), no dia 8 de abril, em Diadema (110 vagas), em 13 de maio, em Jundiaí (260 vagas), e no dia 10 de junho, em Sorocaba (128 vagas).

Informações sobre o treinamento podem ser solicitadas diretamente ao Ciesp de cada uma das localidades.

- Distrital Oeste - Rua Pio XI, 500, Alto da Lapa, (11) 2894-9606 / 3641-0988 atendimento@ciespoeste.org.br
- Guarulhos - Rua Uruaçu, 100, Jardim Paraventi, (11) 2440-9622 ciesp@ciespguarulhos.org.br
- Diadema - Rua Caracas, 73 - Vila Muforde, (11) 4056-4844 cdiadema@ciesp.org.br
- Jundiaí - Av. Navarro de Andrade, s/n, Quadra D, Lote 2, Vila Hortolândia (11) 4815-3859/7941 cjundiai@ciesp.org.br
- Sorocaba - Av. Eng. Carlos Reinaldo Mendes, 3.260 Alto da Boa Vista (15) 4009-2900 ciesp@ciespsorocaba.com.br

Expediente

O **Informe Ambiental** é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 • cdma@fiesp.com • www.fiesp.com.br

Edição: Fábrica C

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

